

GEOGRAFIA, TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AÇÃO TERRITORIAL DA IGREJA

Marco Antonio Mitidiero Junior - Universidade Federal da Paraíba
mitidierousp@yahoo.com.br

Apresentação

O presente trabalho tem como objetivo criar um esboço teórico possível na análise da ação territorial da Igreja. Para isso, escolhi como tema de pesquisa de doutorado, analisar as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado da Paraíba.

Neste estado, as ações da CPT estão direcionadas de forma deliberada ao apoio e encaminhamento da luta pela terra (acampamentos) e da luta na terra (assentamentos). Neste contexto, a CPT paraibana assumiu integralmente a “*opção pelos pobres*”, idéia defendida e propagada pela Igreja Católica Latino-americana a partir do final da década de 60 com a realização do encontro dos bispos latino americanos em Medellín (1968). Foi nesse encontro que parte da cúpula da Igreja materializou no documento final do referido evento um programa de ações em defesa dos miseráveis deste continente e uma postura eclesial diante da realidade socioeconômica. Assim, ganha concretude as reflexões filosóficas e sociológicas de alguns teólogos da Igreja (Leonardo Boff, Henrique Dussell, Gustavo Gutierrez) culminando na formação de uma nova teologia: a Teologia da Libertação. Nesta teologia, é o potencial revolucionário do Evangelho que é lançado por estes pensadores na análise e como substrato às ações frente às injustiças e desigualdades sociais que caracterizam (e caracterizam) a realidade. O Evangelho é pensado como um documento que afirma a missão socializadora e comunitária da Igreja na Terra. O Reino de Deus começa na Terra afirma os teólogos da libertação.

Na tentativa de encontrar a geograficidade deste tema, procuro analisar a concepção territorial trabalhada pela CPT, na qual produz diversas ações de caráter combativo, reivindicativo e propositivo.

O conceito de território pensado por Claude Raffestin como apropriação humana do espaço consubstanciado pelo domínio político e a análise deste conceito realizada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no qual concebe o território como produto da luta de classes, pode ser um elemento teórico de mediação interpretativa das ações da CPT baseadas na análise socioeconômica da realidade terrena em conjunto com a missão da Igreja de anúncio e fé. A luta pela terra encaminhada por esta instituição aglutina elementos do mistério religioso com os elementos político, econômico e cultural da sociedade.

No estado da Paraíba, a CPT aparece como a principal organização de luta pela terra, confundindo o seu ideal primeiro de instituição de apoio aos trabalhadores rurais passando a atuar como movimento social. É a possibilidade de construção do *território comunitário* que permeia as suas ações.

A Geografia e a Ação Social

O **território** como espaço do homem, o **processo** como o decorrer contraditório e descontínuo do tempo histórico em constante transformação e a **sociedade** como ator dos fenômenos do mundo podem ser elementos norteadores na busca de um elo entre Geografia e ação social. Entreter-se na discussão destes conceitos não deixa de ser uma análise da epistemologia da própria disciplina e, a partir desta análise, tentarei encontrar uma justificativa teórica que me autorize estudar a Igreja e a teologia numa perspectiva geográfica (territorial).

O espaço concebido como absoluto é a condição da existência de todas as dimensões do mundo, materiais e imateriais; já o espaço concebido relativamente como espaço da ação do homem é a condição da construção do território. Assim, o espaço absoluto como condição de existência da totalidade do mundo não pode ser objeto da geografia, pois esta trataria de tudo. O território como espaço do homem, encerrado numa totalidade histórica, este sim poder ser o objeto da geografia. Nicolas Obadia (1973, p. 128) afirma que:

“Escrever que os geógrafos estudam o espaço (...) significa dizer que eles se interessam praticamente por tudo o que existe. Qual é então o objeto da Geografia”?¹

De forma direta, o território é o produto histórico do trabalho humano que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou grupos de indivíduos, ou ainda uma coletividade exercem o seu poder. Neste ponto, uma totalidade menor toma a forma concreta na dominação do espaço de uma determinada sociedade na formação do seu território. Assim, o território contém o espaço, ou melhor, a sociedade toma parte do espaço absoluto como seu espaço, este tornado território (por isso o espaço também contém o território).

É bom deixarmos claro que espaço e território não são sinônimos – termos equivalentes - e que o espaço é anterior ao território (Raffestin, 1980, p. 143) por isso a possibilidade do homem dominar o espaço para a formação do seu território, portanto este se forma a partir do espaço².

Os homens através de suas ações são os únicos capazes de transformar o espaço em território. O território implica na apropriação efetiva da sociedade sobre determinado espaço por meio da organização social, como por exemplo: o Estado. Isso dá ao território uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive, produz e reproduz, assim, para a sua compreensão, o território ganha uma noção de territorialidade na totalidade das relações sociais produzidas e reproduzidas nele.

É importante frisarmos que o Estado exerce a função de regulador de territórios - do seu território e muitas vezes de outros que não fazem parte do seu contínuo territorial. Hoje, enquanto o Estado regula, os proprietários dos meios de produção junto a este Estado e ao capital financeiro determinam

¹ Citação retirada do livro *Marxismo e Geografia* de Massimo Quaini (1991, p. 26).

² Ao contrário de Santos (1978, p. 189), na qual a “utilização do território pelo povo cria o espaço”.

o futuro dos territórios. Cada vez mais um número menor de sujeitos ou instituições sociais dominam os territórios e uma parte da territorialidade da humanidade.

Outra forma de conceber o espaço é este como sujeito, como ator e como determinante na formulação da ação:

“... o espaço não atua passivamente no processo de sua constante organização e reorganização pelo homem (...) Hipotetizamos que é através dos processos espaciais que o espaço passa a ter um papel ativo em sua própria organização.” (Correa, 1988, p. 31/32)³

“... o espaço é que determina os objetos, o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica (...) o espaço redefine os objetos ao incluí-los num conjunto coerente onde a contigüidade obriga agir em conjunto e solidariamente”. (Santos, 1999, p. 34)

Esta concepção sobre o espaço determina uma posição idêntica a respeito do entendimento do **território**:

“Somente assim responderemos à questão crucial de saber como e porque se dão as relações entre sociedade como ator e o território como agido e, ao contrário, entre o território como ator e a sociedade como objeto de ação”. (Santos, 2000, p. 13)

O problema desta concepção é o de dar vida ao espaço negligenciando a vida do homem e a possibilidade da organização dos sujeitos sociais. Na verdade, o espaço não age e nunca vai agir, pois são as ações dos homens que dão vida (territorial) e determinam este espaço. O espaço até pode ser visto como uma forma autônoma que contrapõe e domina os homens, como uma reificação e alienação do território, mas isso ocorre em nível da consciência dos próprios homens e não do próprio espaço. Portanto, o espaço não deve ser visto como um sujeito, nem como um objeto, mas como uma realidade social, quer dizer: um conjunto de formas, conteúdos e relações dadas pela atividade humana que são e estão circunscritas e materializadas geograficamente no território.

A possibilidade de transformação de um território só pode partir dos próprios homens e não do próprio território ou espaço. O espaço concebido intelectualmente como sujeito retira o papel do homem no seu domínio e reforça a tese do espaço agindo e determinando o homem. As conseqüências deste ponto de vista caminham na direção de retirar do homem a sua identidade de construtor do território e com isso de culpado e responsável pelo contexto de crise e opressão na qual a maioria das sociedades estão inseridas.

A noção de processo tem que ser vista inseparavelmente da noção de tempo, isto é, a existência da história com suas continuidades e descontinuidades.

A noção de processo arrasta consigo, como num jogo de dominó, outras noções que lhes são inseparáveis. O processo supõe mudança e transformação. Supõe a ação na intenção de um resultado no presente. Supõe também a possibilidade da permanência de um resultado passado, enriquecido pelas ações presentes.

³ Corrêa, Roberto Lobato – O Espaço Geográfico: Algumas Considerações. In: Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo. Hucitec, Santos, M. (org.), 1988.

O processo é o fluir contínuo, descontínuo e contraditório do tempo em meio aos resultados da sociedade condutora. Assim, o processo é a contigüidade, continuidade e descontinuidade do tempo tomado pela sociedade, não de forma linear, embora seja cronológico, mas um tempo/processo repleto de contradições e retrocessos. O processo indica, também e necessariamente, as possibilidades do futuro, e este fato não deve ser esquecido.

A Geografia deve articular-se com a História. Entendo que a Geografia é uma ciência histórica e social. O território, como objeto da geografia, é mais do que a pura empiricização do tempo no espaço. Há que se trabalhar com estas duas categorias como realidades objetivas inseparáveis. A história dos homens está contida no território porque é produzido por eles, o seu futuro também. Portanto, o processo histórico é uma categoria essencial na Geografia do território. Junto a ele está o processo social que inevitavelmente adquire extensão e domínio territorial. O processo da história do homem se corporifica no território que adquire a forma do contexto histórico presente, pois o processo é sempre transformação e contradição.

Se o território contém a história, está-se diante do pressuposto de que aquele é usado, e usado de forma desigual pelas classes sociais. Afirmar que o “território não é uma categoria de análise” e que a “categoria de análise é o território usado” (Santos, 1999, p. 18) sem definir os termos de seu uso, pode levar a uma concepção de um território onde não há diferenças e contradições, onde o uso parece igual para todos. E mais ainda, parece que o território é anterior e não obra dos homens.

O território é resultado do processo histórico/social. É, portanto, na mesma medida, possibilidades de futuro, possibilidade de transformação futura no presente. Como o território é produção humana a partir do uso dos recursos que dão condições a nossa existência⁴, é também as possibilidades das ações humanas na produção de um outro território.

O período atual caracteriza-se por uma crise de todas as estruturas da sociedade, nas quais as contradições estão cada vez mais aguçadas. É neste ambiente que as possibilidades tomam maior força a partir da organização social. Possibilidades que se dão ao mesmo tempo e em oposição: a possibilidade de permanência e a possibilidade de transformação; a possibilidade da vitória de alguns ou de todos e a possibilidade de continuidade/descontinuidade das desigualdades sociais geradas pela sociedade capitalista. Contraditoriamente, esse processo se dá ao mesmo tempo que a luta social contra ele se faz e se refaz, surge, desaparece e ressurgue.

Na possibilidade de transformação o ritmo da ação é um fator importante, mas não essencial. O essencial é a força dos atores da ação. Uma diversa gama de atores agindo ao mesmo tempo e com forças diferentes dão ao território uma feição trágica de guerra dos homens. Mas como o território abrange possibilidades, a possibilidade de um território menos desigual não deve ser esquecida. Ao contrário, deve ser tomada como elemento norteador da ação dos homens e da própria ciência (Geografia). As possibilidades como fatos do processo histórico contém inerentemente uma geograficidade. Mas sem ação, as possibilidades não ganham nem forma e nem conteúdo. E, não resultam em uma geograficidade no território. Os assentamentos de Sem Terra, resultado da organização civil brasileira de contestação e luta em prol da Reforma Agrária, são exemplos destas possibilidades.

⁴ O primeiro destes recursos é o espaço, por isso precisamos dominá-lo.

O território é um trunfo e um recurso nas mãos de quem o domina? É um trunfo e um recurso para os dominados?

Penso que o território constitui-se como um trunfo nas mãos de quem o detém. O domínio do território significa da mesma forma e ao mesmo tempo o domínio da sociedade. Na atualidade, cabe ao Estado (quer assumindo o papel de dominador, quer de regulador do território) e aos proprietários dos meios de produção o poder de determinar a vidas das pessoas e, por conseguinte, do território. Este poder é também um recurso disponível aos dominadores na tentativa de manutenção de seu domínio. Aos dominados restam o território apenas como recurso, recurso para possibilitar a ação e a organização dos sujeitos sociais dominados em oposição aos seus dominadores. Portanto, o território contém as contradições do mundo e é o seu palco. As lutas de classes travadas no vivido territorial de forma alguma podem ser negligenciadas pela Geografia enquanto ciência da história, do homem e de sua ação no espaço tornado território em processo.

São as classes sociais em luta, a sua ação social⁵ que transforma o espaço. Portanto, não existe um processo espacial, mas sim uma apreensão/transformação do espaço comandada por sujeitos sociais. É o processo social como manifestação empírica na realidade territorial que denomino de **processo sócio-territorial**. Este conceito contém a possibilidade de explicação e compreensão do tempo e do espaço do homem, materializado no território. Entendo que todo processo histórico da sociedade é sócio-territorial. Por isso, um outro conceito muito utilizado pelos geógrafos, o de “produção do espaço” parece-me de forma extremamente complicada. Se aceitarmos que o Universo não é senão matéria em movimento, e esta matéria em movimento pode movimentar-se senão no espaço e no tempo, sendo estes formas/condições essenciais de existência desta matéria (Oliveira, 1988, p. 71/72)⁶, produzir o espaço, conseqüentemente, é impossível. O espaço já está dado. A produção de configurações materiais espacializadas pelo homem no processo contraditório de construção do território, torna-se uma possibilidade, aliás:

“Espacializar o social equivalerá a territorializar os seus produtos...” (Escolar, 1996, p. 20)

Assim, a Geografia que estuda o território tem como tema às práticas sociais e não os processos espaciais. Segundo B. Werlen (1993, p. 143):

“... se a ação, em lugar do espaço, se tornasse o conceito central da geografia social, o arranjo espacial dos objetos seria relevante não como uma causa, mas como uma condição e uma conseqüência necessária da ação humana”.⁷

Ainda seguindo os passos de B. Werlen, discutido por Santos (1999, p. 67-71), deve-se reconhecer o papel exercido pelo que ele chama de dimensão espacial. Entretanto esta não deve ser apreendida como a causa das ações e nem os eventos como causados pelo espaço. A geografia sendo uma

⁵ “É que efetivamente, o Ser Humano não é um contemplativo, e sim um ativo (...) O indivíduo pensante age em função de seu pensamento, e é para agir que ele pensa (...) se a ação é exteriorização do pensamento, pensamento é interiorização da ação”. (Prado Jr., 1980, p. 554/555)

⁶ Oliveira, Ariovaldo Umbelino – Espaço e Tempo: Compreensão Materialista Dialética. In: Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo. Hucitec, Santos, M. (org.), 1988.

⁷ Citação retirada do livro “A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção”. São Paulo: Hucitec, 3ª edição, p. 67/68, 1999, de Milton Santos.

ciência social baseada na ação (das classes sociais em luta), não concebendo o espaço como a principal unidade de análise, mas sim, a ação e o ato. A Geografia baseada numa ativa teoria da ação procuraria compreender e explicar as ações humanas (das lutas de classe) na relação entre estas ações e os mundos social e físico.

A ação social, quando bem sucedida, modifica ou transforma parte ou toda a realidade das pessoas envolvidas, modificando, às vezes, apenas uma parte da realidade total. Essa ação muda a realidade dos próprios sujeitos, por isso muda a realidade do território, não importa a qualidade da mudança. O importante neste caminho é saber que as ações sociais nunca se fazem espontaneamente. São produtos da necessidade ou dos descontentamentos que a contradição da realidade nos impõe. A mudança, o processo sempre vai estar encerrado numa contradição que move o mundo.

A geografia que tem o território construído pelo homem como objeto, tem na ação, sempre social, o seu papel central. Mas, as implicações territoriais da ação não são determinadas pelo espaço, e sim pelo homem. É por esse viés que conseguiremos dar uma utilidade real à ação humana e as suas ciências. Na luta social travada no e pelo território a geografia como ciência da ação social no território, e não como ciência do espaço (sujeito), abarca uma noção ampla que tem a história, o homem agindo e o espaço representado e materializado no território.

O território como objeto da Geografia possibilita, ao mesmo tempo, apreender intelectualmente e, por conseguinte, compreender a realidade material e da ação humana no mundo. A nossa especificidade seria, então, o movimento sócio-territorial em processo na história, suas implicações e seus resultados em determinadas partes do planeta. Este movimento teria sempre a finalidade e intencionalidade de intervir no processo sócio-territorial para melhorá-lo, englobando a noção de futuro. Essa poderia ser função máxima da Geografia, ou seja, a função social deve sempre estar acima de qualquer instância do conhecimento. O conhecimento pode ser aplicável, por isso o conhecimento geográfico pode e deve resultar em uma aplicação na realidade perversa dos territórios do mundo.

A Geografia que tem como noção central o território enquanto processo social pode delinear os primeiros passos no sentido de uma unidade mais sólida desta ciência para afrontarmos os problemas epistemológicos gerados na análise da realidade sempre contraditória.

Teologia da Libertação e Ação da Igreja

O mérito desta teologia consiste em começar a destruir a imagem de uma fé ligada a uma ordem social injusta; certamente é neste sentido que a chamada Igreja da Libertação centrou seus esforços.

A Teologia da Libertação nasceu num contexto de efervescência política internamente a Igreja Católica, bispos e padres que viviam mais próximos a realidade e conviviam com imensas massas de miseráveis nas regiões onde atuavam, passaram a cogitarem o papel da Igreja e da Religião. As perguntas resumiam-se em: Porque a Igreja não toma partido frente às mazelas sociais? Quais são as respostas teológicas a opressão, a fome, a injustiça social, a falta de cidadania?

A quase totalidade destes clérigos, atuando em diferentes países da América Latina, puderam, facilmente perceber que a pobreza e a injustiça social, de forma geral, não existem como uma fatalidade natural/divina, e que a existência destes fatores não é neutra politicamente e nem inocente

eticamente. A América Latina aparece como o continente teste para a gestação de uma nova teologia e de uma nova forma de atuação da Igreja. O Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) organizou duas reuniões com bispos que atuavam no continente, essas ficaram mundialmente conhecidas como Conferência de Medellín em 1968 e Conferência de Puebla em 1978. Em Medellín afirmaram a **opção preferencial pelos pobres** na atuação da Igreja, e em Puebla reafirmaram esta opção e realizaram balanços e análises das disposições firmadas em Medellín. Tudo isto justificado teologicamente a partir da Teologia da Libertação. É claro, todo este movimento foi assumido por uma ínfima parte da Igreja Católica e sumariamente criticado e perseguido pela cúpula de Roma. Essa teologia adotou como identidade geral a perseverança na práxis. Na reflexão de Gutierrez (1981) a teologia da libertação coloca sempre em jogo uma certa racionalidade, embora não identifique necessariamente com ela. Essa racionalidade corresponde ao universo cultural do crente. A teologia se pergunta sobre o significado palavra de Deus para nós no presente da história. E as tentativas de resposta se dão em função de nossa cultura, dos problemas colocados aos homens de nossa época. É a partir deste universo cultural que foi reformulada a mensagem do Evangelho e da Igreja para todos os homens.

“Deus revela-se na história do povo que nele acreditou e depositou sua esperança – e isso nos leva a repensar a Palavra a partir de nossa própria história. Trata-se, no entanto, de uma história real, atravessada por conflitos e por confrontos; e, como só adestramos consciente e eficazmente nossa história por meio de nossa inserção nas lutas populares pela libertação, nossa leitura da Bíblia será ainda uma leitura militante”. (Gutierrez, 1981, p. 17)

Isto é, na perspectiva dessa teologia a reflexão religiosa vem depois, é um segundo ato, pois o ato primeiro é a inserção na práxis histórica da Libertação. Segundo o mesmo autor:

Na verdade, só no empenho pela transformação da situação presente é que adquirimos uma visão autenticamente realista do momento histórico”. (Gutierrez, 1981, p. 116)

Na primeira parte do texto, afirmei que os homens são os produtores do território onde vivem e que esse território pode ser transformado pelos próprios homens. O posicionamento teórico da Teologia da Libertação não se apresenta de forma diferente, o território contemporâneo (realidade social no mundo concreto/terreno) é o objeto de transformação pela ação humana. O ponto inovador é que esta ação é mediada pela cultura e pelo religioso.

Desde o começo, essa teologia considerou-se como uma reflexão crítica a partir da práxis histórica e sobre ela, em confronto com o os ensinamentos do Evangelho aceito pela fé. Contudo, cabe descrever e analisar a atuação da Igreja libertadora na realidade sócio-territorial, para entender os possíveis processos de transformação alcançados por ela.

A Ação Territorial da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A área para o desenvolvimento da pesquisa proposta e a situação histórica escolhida é a atuação da CPT no estado da Paraíba nos últimos 15 anos. Neste estado - diferente de outras experiências

dessa pastoral no Brasil - essa parte da Igreja atua de forma análoga à ação dos movimentos sociais no campo. Ou seja, na organização dos sem terra por meio de: trabalhos de base, ocupação de latifúndios, resistência à ação dos proprietários de terra e do judiciário, organização dos assentamentos, e manifestações e reivindicações públicas.

Os problemas iniciais da pesquisa giram em torno das seguintes indagações: Quais são as influências de todo o processo de gestação de uma nova teologia que se coloca a serviço dos pobres, nas ações da CPT paraibana? Até que ponto a mediação do religioso influencia nas ações da organização dos sem terra e assentados de reforma agrária? A filosofia da práxis e a opção pela ação direta na realidade traz novas formas de interpretação dos conflitos agrários? Quais são as peculiaridades da questão agrária no estado da Paraíba e quais as influências decorrentes para a mobilização de parte da Igreja na luta pela terra? Quais são as peculiaridades da Igreja paraibana? Qual é a geografia da luta pela terra nesse estado? Quais são os vetores e como se dá a ação territorial da CPT?

Como resultado da etapa inicial deste estudo, a observação da ação movimentalista da CPT paraibana, permite a criação de uma série de hipóteses:

- 1) A ação direta da CPT paraibana na luta pela terra, na luta pela construção do **território comunitário**, como resultado da atuação de padres bispos e leigos (agentes pastorais) no meio rural, está baseada nos preceitos religiosos construídos no movimento de formação e consolidação da nova teologia: a Teologia da Libertação.
- 2) O forte teor revolucionário no nível do cotidiano dos envolvidos com a luta pela terra, permeia os pressupostos da atuação da CPT. A revolução é entendida como transformação da vida dos envolvidos e geração de novas formas de vida, mais comunitárias e solidárias, no ponto de vista das relações sociais materializadas no território.
- 3) A mediação do religioso/teológico é fundamental no processo de luta. Os atos litúrgicos direcionam-se para a perspectiva de aliança entre o movimento de luta e palavra divina. Idéias como: o reino de Deus é na terra e cabe aos homens lutarem para que este reino seja igual para todos e, a missão de Jesus na terra foi junto aos pobres, adicionam recursos na construção ideológica da luta por terra, justiça social e cidadania.
- 4) A formação sócio-territorial atual do estado paraibano pode ser resumida nas seguintes características: estrutura agrária fortemente concentrada; permanência das relações coronelistas, paternalistas e clientelísticas na atuação do governo estadual e elite; expansão avassaladora do cultivo de cana de açúcar na Zona da Mata; expulsão de posseiros e foreiros; altos índices de desemprego; formação de bolsões de pobreza nas cidades médias e pequenas.
- 5) A atuação da CPT acontece em todo o estado, mas é na Zona da Mata onde ela ocorre de forma intensiva, devido a dois fatores: as pressões exercidas pelos grandes proprietários rurais na procura de áreas para a expansão da cana e a concentração de agentes pastorais comprometidos com a luta, principalmente, no território da diocese de João Pessoa.

Bibliografia

- CAPEL, HORACIO – Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea: Uma introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.
- ESCOLAR, MARCELO – Crítica do Discurso Geográfico. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HAGGETT, PETER – L'arte del Geógrafo. Firenze: Ed. Zanichelli, 1997.
- DUSSEL, ENRIQUE – De Medellín à Puebla. Uma década de sangue e esperança: de Medellín a Sucre (1968 – 1972). São Paulo: Editora Loyola, 1981.
- _____ - Ética Comunitária. Libertação na História. Petrópolis: Editora Vozes, Coleção Teologia da Libertação, 1987.
- MITIDIERO, MARCO ANTONIO Jr. – O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil: São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.
- MORAES, A. CARLOS ROBERT – Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1994.
- PRADO, CAIO Jr. – Dialética do Conhecimento. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- QUAINI, MASSIMO – Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____ - A Construção da Geografia Humana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RAFFESTIN, CLAUDE - Por Uma Geografia do Poder. São Paulo : Ática, 1980.
- SANTOS, MILTON – Por Uma Nova Geografia. São Paulo : Hucitec, 1978.
- _____ Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____ (org) – O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. São Paulo: Laboratório de Estudos Territoriais Brasileiros. Dep. de Geografia/USP, 2000.
- _____ (org) – Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____ - A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- IOKOI, ZILDA GRÍCOLI - Igreja e Camponeses - teologia da libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GUTIÉRREZ, GUSTAVO – A Força Histórica dos Pobres. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, ARIIVALDO U. - A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: Novos Rumos da Geografia. Org. Alessandri A. F. C. São Paulo: Contexto, 1999.
- MOREIRA, EMÍLIA – Por um Pedaco de Chão. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, vol. I, 1997.
- MOREIRA, EMÍLIA & IVAM TARGINO – Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997.